



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA 230

1
2
3
4 Aos treze dias do mês de junho de dois mil e treze, às quinze horas e trinta minutos,
5 realizou-se reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta
6 Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação do Presidente Sr.
7 Luiz Cezar da Silva. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**
8 **governamentais**: Sr. Tierrí Rafael Angeluci e Sra. Nelsi Maristela Valigura (Secretaria
9 Municipal de Assistência Social); Sra. Suelen Francine Rigoni (Fundação Municipal
10 Proamor); Sra. Vanduire Arcoverde Silva (Secretaria Municipal de Administração). Os
11 **conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade**: Sra. Eliane
12 Scolimoski (Secretaria Municipal de Assistência Social). Os **conselheiros não**
13 **governamentais titulares**: Sra. Marialva Ribas Kincheski (Entidades de Proteção
14 Social Especial de Média Complexidade); Sra. Érica Francine Pilarski Clarindo (Vice –
15 Presidente) e Sra. Isabela Martins Nadal (Profissionais da Área da Assistência Social);
16 Sr. Luiz Cezar da Silva (Presidente) e Sra. Fernanda de Almeida da Silva (Entidades de
17 Proteção Social Básica); Sra. Cléa Maria Mathias Pereira (Usuários da Assistência
18 Social). Os **conselheiros não governamentais suplentes no exercício da**
19 **titularidade**: Sra. Luci Teixeira Biscaia (Entidades de Proteção Social Especial de Alta
20 Complexidade); Sr. Mauro César Shardt Dancosky e Sr. Cleberson Leopoldino Antunes
21 Palhano (Usuários da Assistência Social). Os **conselheiros não governamentais**
22 **suplentes**: Sra. Ronilda Aparecida de Souza Santos (Entidades de Proteção Social
23 Especial de Média Complexidade). **Registramos as presenças**: Sra. Lucília do Rocio
24 Lopes Andrade (Secretária Executiva); Sra. Ariane Ewert (Estagiária do CMAS); Sra.
25 Patrícia Mitui (Assistente Administrativo do CMAS). Justificam-se as ausências dos
26 conselheiros: Leni Aparecida Viana da Rocha, Tônia Mansani de Mira, Anne Christine
27 Pedroso, Ana Teresa da Cruz e Érika Shemiguel. Após solicitação do presidente Sr.
28 Luiz Cezar para incluir outros itens na pauta e com anuência do pleno, a reunião tem a
29 **seguinte pauta**: 1-Parecer da Comissão de Acompanhamento do SUAS, 1.1-
30 Implantação da terceira residência inclusiva, 1.2- projeto de readequação do CREAS,
31 1.3- referendar e considerar como aptas a participarem do Programa de Aquisição de
32 Alimentos/PAA/ Compra Direta, 1.4- plano de ação dos recursos do SUAS. **Abertura**:
33 Com o quórum estabelecido, o presidente Sr. Luiz Cezar inicia a reunião
34 cumprimentando e agradecendo a presença de todos e justifica que a reunião
35 extraordinária fez-se necessária devido ao prazo (até quinze de julho 15/07) para aceite
36 da Residência Inclusiva. Solicita que a conselheira Suelen faça a leitura dos pareceres
37 da Comissão. A conselheira Suelen relata o recebimento do ofício 021/2013 da

38 Gerência de Proteção Social Especial manifestando implantar mais uma residência
39 inclusiva para jovens e adultos com algum tipo de deficiência. O projeto prevê um valor
40 mensal de cofinanciamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o serviço teria um
41 funcionamento ininterrupto de vinte e quatro horas. A justificativa se dá em virtude da
42 abertura do Termo de Aceite da Residência Inclusiva, junto ao Ministério do
43 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, uma vez que jovens e adultos com
44 deficiência têm uma grande dependência não dispondo de condições de
45 autossustentabilidade e na maioria das vezes não contam com a retaguarda familiar ao
46 saírem de instituições de longa permanência. A relatora comunica que o parecer da
47 Comissão é pela não aprovação do projeto de implantação da terceira residência, uma
48 vez que há dificuldade no desenvolvimento do serviço dada pela falta de equipe técnica
49 para executá-lo e também o fato de que as duas residências não estão funcionando por
50 falta de estrutura. É necessário estruturar e adequar o que já existe antes de assumir
51 novos compromissos sem a capacidade de cumpri-los. Diz que a Comissão sugere
52 elaborar uma resolução determinando a contratação de pessoal. Prossegue informando
53 que a Comissão teve parecer favorável ao projeto de Readequação do CREAS,
54 conforme apresentado pela Gerência Especial. O projeto prevê aumento de funcionários
55 com prazo até julho e mudança de espaço físico do CREAS PEMSE e CREAS POP no
56 período de agosto até no máximo o mês outubro de 2013. Relata que a Comissão emitiu
57 parecer favorável ao referendo do Banco de Alimentos do SOS e da Associação de
58 Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas para participarem do Programa de
59 Aquisição de Alimentos/PPA/Compra Direta. Segue dizendo que se analisou o Plano de
60 Ação dos recursos do SUAS com parecer favorável da Comissão. O presidente Sr. Luiz
61 Cezar inicia pelo último relato da Comissão dizendo que se avaliou o Plano de Ação dos
62 recursos do SUAS e solicita que a assistente social Sandra Cisco explique em que
63 consiste esse Plano. A assistente social Sandra explica que o Plano de Ação do SUAS
64 é um instrumento de planejamento utilizado pela Secretaria Nacional de Assistência
65 Social referente ao cofinanciamento federal dos serviços. Diz que é preenchido no
66 sistema eletrônico do MDS com inserção das metas do ano 2013 referentes aos pisos
67 repassados pelo Fundo Nacional. Menciona que em cada piso devem constar as metas
68 de atendimento não podendo alterar valores porque estes vêm fechados. Esclarece que
69 a informação refere-se ao número de pessoas para atendimento e que o objetivo da
70 Secretaria é verificar o cumprimento das metas pretendidas pelo município. Evidencia
71 que o Plano refere-se a este ano devendo ser preenchido pelo gestor, apreciado e
72 aprovado pelo Conselho com finalização através da inserção do parecer do Conselho
73 até dia trinta de junho no sistema específico. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que o
74 Plano está em conformidade com o proposto pelas Gerências nos Planos de Aplicação

75 anteriormente aprovados. Diz que neste ano as ações foram apresentadas de forma
76 mais clara para o Conselho facilitando o acompanhando da gestão. A conselheira Érica
77 fala que o órgão gestor está mais próximo do Conselho vindo acrescentar para Política,
78 que os problemas surgem e a busca pela solução é em conjunto. O presidente Sr. Luiz
79 Cezar complementa dizendo que o gestor não traz o resultado fechado, mas sim, traz
80 para ser discutido no Conselho. Relata que o parecer da Comissão é favorável pela
81 aprovação do Plano expondo para apreciação da plenária. **Aprovado.** O presidente Sr.
82 Luiz Cezar apresenta a solicitação da Associação de Agricultura Ecológica Familiar
83 Conchas Velhas para participar do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA/Compra
84 Direta dizendo que é necessário ter um referendo do Conselho Municipal de Assistência
85 Social com parecer favorável. Esclarece que esse referendo caberia ao Conselho de
86 Segurança Alimentar, mas como só existe a Comissão Regional de Segurança
87 Alimentar – CORESAN a competência ficou para o Conselho de Assistência. Evidencia
88 que é a primeira vez que há essa solicitação e que essa Associação não é inscrita no
89 Conselho, mas precisa do aval do Conselho para o preenchimento do cadastro e
90 posterior venda para o Banco de Alimentos. A conselheira Érica frisa que essa
91 Associação venderá, para o Banco de Alimentos, os produtos que irão para as
92 Entidades e acredita que outras Entidades buscarão esse referendo no prazo até
93 segunda-feira (17/06) para apresentação ao Escritório Regional do Trabalho visando
94 credenciar-se para participar do PAA. O presidente Sr. Luiz Cezar reforça que precisam
95 do aval de algum Conselho enquanto não for implantado o Conselho de Segurança
96 Alimentar dentro do município. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que a Comissão sugeriu
97 a aprovação para essa Associação como também para outras que buscarem dentro
98 dessa finalidade colocando para apreciação da Plenária. **Aprovado.** Outro item avaliado
99 e discutido na Comissão foi à Readequação dos Serviços do CREAS. A conselheira
100 Érica relata que a Gerência de Proteção Social Especial apresentou algumas
101 adequações que farão no CREAS PEMSE, CREAS SENTINELA, CREAS POP, na
102 Guarda Solidária, na Proteção ao Idoso e no PETI. Diz que as readequações vão desde
103 equipe até estrutura física com desmembramento de local e prazo de julho a outubro. A
104 conselheira Isabela pergunta de onde serão as equipes, se haverá concurso e a
105 conselheira Eliane responde que solicitaram para que seja remanejado de outras
106 Secretarias como já aconteceu. Exemplifica dizendo que o Sentinela recebeu a
107 psicóloga da Secretaria de Saúde. O conselheiro Tierrri lembra que foi comentado na
108 Comissão para requisitar os funcionários da Secretaria de Assistência que estão
109 cedidos para outros setores assim como a Assistência já recebeu comunicado da
110 Secretaria de Educação para devolver os funcionários cedidos pela Educação. A
111 conselheira Maristela alerta que a maioria presta serviço no Fórum entendendo que não

112 será possível requisitá-los. A conselheira Vanduire indaga se foi solicitado concurso
113 sendo respondido pela conselheira Érica que houve solicitação, porém a Secretaria não
114 tem força para a execução por isso a sugestão de que o Conselho emita uma resolução
115 determinando a realização do concurso. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que a
116 Comissão teve parecer favorável pela Readequação expondo para apreciação.
117 **Aprovado.** O presidente Sr. Luiz Cezar segue com a leitura do ofício recebido da
118 Gerência de Proteção Social Especial solicitando aprovação da implantação de uma
119 terceira Residência Inclusiva e solicita que a conselheira Suelen leia novamente o
120 parecer da Comissão. A conselheira Suelen traz o seguinte relato: ofício 021/2013 da
121 Gerência de Proteção Social Especial que deseja implantar mais uma Residência
122 Inclusiva para jovens e adultos com algum tipo de deficiência. O projeto prevê um valor
123 mensal de cofinanciamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o serviço teria um
124 funcionamento ininterrupto de vinte e quatro horas. A justificativa se dá em virtude da
125 abertura do Termo de Aceite da Residência Inclusiva, junto ao Ministério do
126 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, uma vez que jovens e adultos com
127 deficiência têm uma grande dependência não dispendo de condições de
128 autossustentabilidade e na maioria das vezes não contam com a retaguarda familiar ao
129 saírem de instituições de longa permanência. O parecer da Comissão é pela não
130 aprovação do projeto de implantação da terceira Residência, uma vez que há
131 dificuldade no desenvolvimento do serviço dada pela falta de equipe técnica para
132 executá-lo, levando-se em consideração também o fato de que as duas residências não
133 estão funcionando por falta de estrutura. É necessário estruturar e adequar o que já
134 existe antes de assumir novos compromissos sem a capacidade de cumpri-los. A
135 Comissão sugere elaborar uma resolução determinando a contratação de pessoal. O
136 presidente Sr. Luiz Cezar lembra que foram aceitas duas Residências Inclusivas
137 propostas pela gestão anterior no ano passado e que não foram implantadas. Diz que
138 no início deste ano, a Gerência Especial juntamente com a equipe da Secretaria de
139 Estado da Família definiram em conjunto com o Conselho o reordenamento.
140 Justificaram o atraso e estabeleceram prazo até junho deste ano para o funcionamento,
141 mas ainda não saiu do papel porque não tem Entidade para a execução. Argumenta que
142 agora está se acertando com a Entidade que se propôs a realizar esse serviço e que o
143 principal é a equipe técnica, responsabilidade do órgão gestor, mas que ainda não
144 existe. A conselheira Vanduire pergunta qual é a demanda do serviço para entender se
145 a implantação é imprescindível ou se pode esperar. Pergunta também se o valor do
146 cofinanciamento é suficiente para manter o serviço ou quem financiará. A conselheira
147 Eliane explica que hoje tem quatro internos do Odilon Mendes que precisam ser
148 encaminhados para outra instituição porque têm deficiência leve comparada com os

149 demais e que há dezoito na lista de espera. Diz que não sabe o grau de deficiência
150 desses dezoito porque na ocasião da visita só estava a assistente social, que será
151 preciso avaliar. Fala que a APAE e a ADFPG têm grande interesse e não tem
152 conhecimento de outras porque não conseguiram visitar antes da abertura do Termo de
153 Aceite em trinta e um de maio (31/05). A conselheira Ronilda esclarece que o problema
154 não é a demanda. Diz que há grande demanda, mas que a análise se pautou pela não
155 garantia da equipe mínima pelo gestor. A conselheira Érica fala que houve repasse até
156 dezembro do ano passado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para essas duas
157 Residências Inclusivas em virtude do Aceite. Diz que não foi colocado em prática pela
158 exigência da equipe mínima que obrigatoriamente é do órgão gestor tendo sido
159 colocado nesse reordenamento que o gestor contrataria até junho. Essa equipe seria
160 necessária agora porque é a mesma que atuará no reordenamento coordenando as
161 ações. Diz ainda que houve o aceite para uma Residência Inclusiva feminina para dez
162 mulheres e outra residência mista também com dez somando vinte pessoas. Menciona
163 que hoje está se encaminhando a Residência para a Entidade da Irmã Roberta situada
164 no Jardim Carvalho que já atende algumas meninas. Entende que, ao invés de abrir
165 mais uma, deva-se arrumar as duas existentes. A conselheira Vanduire completa
166 dizendo que por esse motivo optou-se pelo não aceite. O presidente Sr. Luiz Cezar
167 aponta o agravante do recurso financeiro bloqueado pelo não funcionamento dessas
168 duas residências. Frisa que o Conselho deu parecer favorável para aceitar a segunda e
169 até agora, ambas não funcionaram. A conselheira Vanduire diz que agora entende o
170 motivo do excesso de recurso no final do ano mencionando que se deve constar no
171 parecer uma observação de que o problema não é recurso, mas sim, a equipe. A
172 conselheira Érica lembra que um dos técnicos exigidos é o terapeuta ocupacional que
173 não há no quadro entendendo que o Conselho deveria ser mais autoritário e levar para
174 o judiciário quando ocorrer descumprimento por parte do município. A conselheira
175 Vanduire complementa dizendo que se as duas não estão funcionando não há como
176 aceitar a terceira. O presidente Sr. Luiz Cezar enfatiza que o parecer da Comissão é
177 pelo não aceite desta Residência e passa a palavra para o conselheiro Tierri. O
178 conselheiro Tierri esclarece que há interesse da gestão, especificamente da secretária
179 de Assistência, justificando que esta é uma nova gestão e que neste momento está
180 mais preparada e com condições de articulação. Justifica também pela existência da
181 demanda e pelo prazo de quatro meses para colocar em prática. Diz que o Aceite foi
182 aberto dia trinta e um de maio (31/05), mas visualizado pela Gerência na semana
183 seguinte ficando reduzido o período para o planejamento. Fala que realizaram alguns
184 contatos sendo manifestado o interesse por algumas Entidades. Diz que para a
185 implantação faz-se necessária uma discussão verificando o interesse das Entidades e

186 essa ação ficou prejudicada pela exiguidade do tempo para o Aceite. Fala que as outras
187 Residências foram aceitas na gestão passada e que o próprio reordenamento ocorreu
188 no mês de janeiro na fase inicial da gestão. Explica que os integrantes da equipe eram
189 novos e não estavam familiarizados com o assunto, mas que agora, ao se passarem
190 seis meses já adquiriram uma bagagem maior para cobrar possuindo maior preparo
191 para realização das ações propostas. Menciona que o Termo de Aceite faz parte deste
192 princípio e será uma oportunidade para colocar em prática. Frisa que essa experiência
193 adquirida nesses seis meses garantirá condições para a Secretaria cobrar mais. Diz que
194 ele poderá colocar de baixo do braço a resolução que será emitida pelo Conselho para
195 conversar com vereador e com secretários, pois se dependesse da SMAS seria fácil,
196 mas depende de outras secretarias. Fala que a secretária de assistência sabe da
197 necessidade, mas que a contratação depende do Secretário de Recursos Humanos, do
198 prefeito e do financeiro e também de conseguir recursos. A conselheira Eliane diz que
199 uma equipe dará conta de duas Residências e o coordenador poderá atender as três. A
200 equipe é formada por um psicólogo, uma assistente social, um terapeuta ocupacional e
201 um motorista, sendo todos do órgão gestor e a equipe de apoio será da Entidade. O
202 conselheiro Tierri reforça dizendo que a intenção do gestor é a implantação das três
203 residências apontando que atingirá o proposto pela experiência da gestão. A
204 conselheira Isabela diz que se preocupa com a intenção de conseguir a equipe e que
205 seria favorável se tivesse algo de concreto. O presidente Sr. Luiz Cezar coloca para
206 votação a proposta de **sim** ou **não** dizendo que é preferível fazer de forma nominal. O
207 presidente Sr. Luiz Cezar da Silva inicia a votação que resulta em doze votos contrários
208 e dois favoráveis, da seguinte forma. Doze (12) conselheiros votaram pelo **não (Não**
209 **Aceite da terceira Residência Inclusiva)**: Sr. Luiz Cezar; Érica Francine Pilarski
210 Clarindo; Cléa Maria Mathias Pereira; Cleberson Leopoldino Antunes Palhano;
211 Fernanda de Almeida da Silva; Isabela Martins Nadal; Luci Teixeira Biscaia; Marialva
212 Ribas Kincheski; Mauro César Shardt Dancosky; Nelsi Maristela Valigura; Suelen
213 Francine Rigoni e Vanduire Arcoverde Silva. Dois (02) conselheiros votaram pelo **sim**
214 **(Aceite da terceira Residência Inclusiva)**: Eliane Scolimoski e Tierri Rafael Angeluci.
215 A conselheira Vanduire pede para justificar o seu voto dizendo que é a favor da ideia,
216 mas entende que primeiramente sejam implantadas as duas em andamento e que neste
217 momento não dá para implantar a terceira. A conselheira Érica sugere a elaboração de
218 resolução com a justificativa do parecer da plenária. O conselheiro Tierri complementa
219 exemplificando com a publicação do veto do prefeito contendo o teor da justificativa que
220 resultou no veto. O presidente Sr. Luiz Cezar sugere emitir uma resolução determinando
221 que o gestor contrate equipe técnica. A conselheira Suelen sugere a realização de
222 audiência pública com o prefeito e vereadores para tratar sobre esse serviço. O

223 presidente Sr. Luiz Cezar diz que se deve consultar o jurídico para saber quem pode
224 pedir essa audiência pública, se pode partir do Conselho ou de outro órgão. Pergunta se
225 a plenária aprova o encaminhando dessas resoluções sugeridas. **Aprovado.** A
226 conselheira Cléa diz que terá um pronunciamento na Câmara e pergunta se pode citar
227 que o prefeito esteve em reunião do Conselho em cinco de março (05/03). Conselheiros
228 e presidente respondem que sim por se tratar de ato público. O conselheiro Tierri fala
229 que a diretora do Fundo solicitou que a reunião da Comissão do Fundo seja adiada para
230 o final do mês. A conselheira Érica propõe que a reunião ordinária seja transferida para
231 o dia vinte e sete de junho (27/06) justificando que nos dias dezanove, vinte e vinte e um
232 (19, 20 e 21) viajará a trabalho pela Entidade juntamente com o Sr. Luiz Cezar. Sugere
233 que a reunião da Comissão do Fundo aconteça no dia vinte e cinco (25) de junho. O
234 presidente Sr. Luiz Cezar expõe para aprovação a alteração da data da reunião
235 ordinária. **Aprovado.** O presidente Sr. Luiz Cezar informa que na data de ontem (12/06)
236 o conselheiro Tierri solicitou ajuda com as questões da Conferência justificando a
237 grande demanda da Gerência ficando acordado que a agente administrativa e a
238 secretária executiva auxiliarão nas atividades da Conferência. Comunica que no dia
239 vinte de junho (20/06), quinta-feira, uma equipe da gestão juntamente com a conselheira
240 Isabela se reunirão para organizar as deliberações das quatro últimas Conferências e os
241 conselheiros estão convidados. A conselheira Isabela diz que são várias atividades que
242 precedem a Conferência e que este ano o foco é a avaliação da gestão local com base
243 nas propostas de dois mil e cinco (2005) a dois mil e onze (2011) e que quanto mais
244 pessoas contribuírem melhor será a avaliação. **Encerramento:** Finalizada a pauta e
245 nada mais havendo a tratar, o Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva agradece a presença
246 dos conselheiros e demais convidados encerrando a reunião às dezesseis horas e
247 quarenta e cinco minutos. A presente Ata foi gravada e transcrita pela assistente de
248 administração, Sra. Patrícia Mitui e redigida por mim, Lucília do Rocio Lopes Andrade,
249 secretária executiva que, após aprovada segue assinada por mim, pelo presidente e
250 demais conselheiros presentes.